COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 1.390, DE 2007

Dispõe sobre as sacolas oferecidas gratuitamente pelo fornecedor ao consumidor final para embalagem ou reembalagem de produtos e dá outras providências.

Autor: Deputado CELSO RUSSOMANNO

Relator: Deputado ELISMAR PRADO

I - RELATÓRIO

Vem à apreciação desta Comissão de Defesa do Consumidor o Projeto de Lei nº 1.390, de 2007. A proposição pretende regulamentar as informações a serem obrigatoriamente prestadas ao consumidor, no que diz respeito às sacolas que lhe são oferecidas para embalar ou reembalar as mercadorias que adquire em supermercados e demais estabelecimentos.

As informações a serem impressas em caracteres legíveis nas sacolas são: o seu volume, expresso em centímetros cúbicos; o peso máximo suportado pela sacola, expresso em gramas ou quilogramas; sua composição; os riscos que apresente à saúde e segurança do consumidor; e eventuais restrições de uso.

Em acréscimo, a proposição proíbe a utilização de sacolas sem alças e de embalagens destinadas a acondicionamento de lixo, para a finalidade de embalar ou reembalar mercadorias.

Ao final, submete-se os infratores da norma às sanções previstas na Lei nº 8.078, de 1990 e estabelece-se o prazo de noventa dias, após sua publicação para que a lei passe a vigorar.

De acordo com o ilustre Autor, o acesso a essas informações deve ser assegurado, por duas principais razões, entre outras. A primeira razão é porque o consumidor tem direito a tais informações, conforme dispõe o art. 31 da Lei nº 8.078, de 1990. A segunda é que as informações são de interesse do consumidor, pois lhes permitirão utilizar as sacolas de modo adequado, sem que se rompam ou venham a contaminar os alimentos, com evidentes ganhos para a proteção de sua saúde e segurança.

A matéria já foi apreciada pela douta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, que a rejeitou, e tramita em regime de apreciação conclusiva pelas Comissões, portanto será, em seguida, analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Dentro do prazo regimental, a proposição não recebeu emendas.

II - VOTO DO RELATOR

Consideramos louvável a pretensão da iniciativa sob análise em obrigar que as sacolas utilizadas para embalar ou reembalar mercadorias, que são fornecidas normalmente por supermercados e outros estabelecimentos, tragam inscritas informações úteis ao consumidor, de modo a aumentar a segurança de seu uso.

Porém, inicialmente devemos considerar que essa iniciativa já foi apreciada e rejeitada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. De fato, o ilustre relator da matéria naquela Comissão apresenta alguns argumentos que nos levam a refletir sobre suas qualidades.

Concordamos com o parecer aprovado por aquela Comissão, quando ressalta que a proposição refere-se unicamente às sacolas distribuídas de forma gratuita e que, portanto, bastaria que o fornecedor passasse a cobrar um centavo pela sacola e a lei seria burlada. Com efeito, a

regra não pode aplicar-se unicamente às sacolas distribuídas gratuitamente. Outro ponto em que concordamos com o citado parecer é que a proposição proíbe a oferta de sacolas destinadas ao acondicionamento de lixo para que nelas se acondicione mercadorias, exatamente porque qualquer sacola pode ser destinada ao acondicionamento de lixo, o que poderia causar alguma confusão.

Entretanto, não concordamos com os demais argumentos apresentados.

O douto parecer menciona que não há estatísticas oficiais sobre o número de acidentes decorrentes da ruptura de sacolas oferecidas a consumidores. Ora, o fato de não haver estatísticas sobre o assunto não significa que o problema não existe. Provavelmente, a maior parte das pessoas que faz compras já teve algum problema de rompimento da sacola, algumas vezes com prejuízo para seu bolso e para sua saúde e segurança. Além disso, conforme a matéria prima utilizada na confecção da sacola, pode haver risco de contaminação dos alimentos que entrem em contato direto com a mesma.

Sustenta ainda o douto parecer que o assunto deve ser regulado de forma natural pela concorrência. Isto é, o fornecedor que oferecer sacolas incapazes de transportar as compras tenderia a perder seus clientes para algum vizinho que ofereça sacolas melhores. Na nossa maneira de ver, o consumidor deve ter respeitado seu direito, garantido no art. 31 da Lei nº 8.078 de 1990, ou seja, o direito a ter informações corretas e precisas a respeito das características, qualidade e composição da sacola. Portanto, tanto as piores, quanto as melhores sacolas devem ostentar as informações legais, bem como outras adicionais que eventualmente sejam necessárias à proteção de sua saúde e segurança.

Outro ponto em que divergimos do respeitável parecer é que a aprovação da proposição em exame implicaria uma desnecessária elevação de custos ao consumidor. Discordamos, em primeiro lugar, porque a imensa maioria das sacolas já ostenta o logotipo, o nome e outras informações sobre o fornecedor, assim acrescer mais três ou quatro linhas de impressão teria custos realmente ínfimos. Mesmo para os estabelecimentos que oferecem sacolas sem o logotipo, a elevação no custo seria insignificante. Além disso, não é correto analisar apenas o custo, é necessário analisar também os benefícios, e a esse custo ínfimo estão associados grandes benefícios: o cumprimento da lei vigente e as informações necessárias para a correta utilização da sacola, de modo a garantir a saúde e a segurança do consumidor

Não podemos desconhecer que essas sacolas são distribuídas às dezenas de milhões, para dezenas de milhões de consumidores todos os dias. Portanto, estamos diante de um assunto importante, que afeta o cotidiano de todos os consumidores. Diante disso, estamos seguros de que a matéria sob análise é altamente meritória, pois promove os direitos, a saúde e a segurança do consumidor.

Por fim, acreditamos relevante incluir como diretriz à matéria, que os estabelecimentos comerciais deverão progressivamente colocar à disposição de seus consumidores, sacolas retornáveis, buscando reduzir o consumo de sacolas plásticas. Aliás, essa é uma grande preocupação ambiental que os nobres Pares não podem desconsiderar.

Aliás, o próprio Ministério do Meio Ambiente, recentemente, lançou em rádio e TV, uma campanha “Saco é um Saco”, buscando alertar os consumidores sobre os problemas ambientais causados pelo consumo excessivo de sacolas plásticas que acabam poluindo rios e solo, provocando enchentes e mortes de animais, apenas pra citar os impactos mais noticiados.

Pelas razões acima expostas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.390, de 2007, com as três emendas supressivas e uma emenda aditiva, todas em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado ELISMAR PRADO
Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 1.390, DE 2007

Dispõe sobre as sacolas oferecidas gratuitamente pelo fornecedor ao consumidor final para embalagem ou reembalagem de produtos e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA Nº 1

Suprima-se da ementa do projeto a palavra:

“gratuitamente”

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado ELISMAR PRADO

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 1.390, DE 2007

Dispõe sobre as sacolas oferecidas gratuitamente pelo fornecedor ao consumidor final para embalagem ou reembalagem de produtos e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA Nº 2

Suprima-se do **caput** do Art. 1º do projeto a palavra:

“gratuitamente”

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado ELISMAR PRADO

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 1.390, DE 2007

Dispõe sobre as sacolas oferecidas gratuitamente pelo fornecedor ao consumidor final para embalagem ou reembalagem de produtos e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA Nº 3

Suprima-se do **caput** do Art. 2º do projeto a expressão:

“e de embalagens destinadas a acondicionamento de lixo”

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado ELISMAR PRADO

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 1.390, DE 2007

Dispõe sobre as sacolas oferecidas gratuitamente pelo fornecedor ao consumidor final para embalagem ou reembalagem de produtos e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao projeto o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

“Art. 3º. Os estabelecimentos comerciais, progressivamente, colocarão à disposição de seus consumidores, de forma onerosa ou gratuita, sacolas retornáveis, confeccionadas em material não descartável e em conformidade com esta Lei”.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado ELISMAR PRADO